



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 08 – Ano IV – 10/2015
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

PATRIMONIALISMO *VERSUS* LEGAL/RACIONAL: O NÓ NA LEGITIMIDADE DO PODER NO BRASIL NAS LENTES DA CULTURA POLÍTICA

Prof. Dr. Márcio Achtschin Santos

Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Campus Mucuri - Teófilo Otoni - UFVJM – Brasil

<http://lattes.cnpq.br/1328175237194027>

E-mails: achts@uol.com.br / marcio.achtschin@ufvjm.edu.br

Resumo: Esse artigo objetiva fazer uma análise dos estudos sobre o patrimonialismo brasileiro, propondo uma releitura teórica do que foi tradicionalmente realizado ao incluir uma perspectiva a partir do campo das representações utilizadas na cultura política. A proposta é superar a visão trabalhada dentro da ótica racional e ideológica, inserindo conceitos como imaginário, ritos e mitos nas relações de poder patrimonialistas brasileiras.

Palavras-chave: Legitimidade, patrimonialismo, legal-racional, cultura política, imaginário.

INTRODUÇÃO

Estando as denúncias de propina e lavagem de dinheiro da Petrobras na ordem do dia, Dilma Rousseff tem trazido de forma permanente em seus discursos a presença do patrimonialismo na vida pública brasileira. Na cerimônia de diplomação, no dia 18 de dezembro de 2014, a presidente criticou a ausência de distinção entre o público e o privado e em 29 de maio de 2015, Rousseff, retornou com o tema apresentando o patrimonialismo como traço de uma oligarquia nacional desde o período da escravidão.

Em entrevista realizada com o jornal “A Folha de São Paulo” em 18 de maio de 2014, o sociólogo espanhol Manuel Castells afirmou que “No Brasil, não há um Estado de Direito, há a manipulação do Estado de Direito para manter um Estado patrimonial”.¹

E foi nessa perspectiva, de um patrimonialismo como prática pertencente a uma elite manipuladora, que o tema ganhou corpo tanto no senso comum como nas produções acadêmicas. A análise clássica nas relações de poder, tendo como ponto central o Estado e as relações institucionais, reforçou essa tendência. No entanto, não estariam secundarizando com essa abordagem as manifestações espontâneas e não organizadas de múltiplos atores envolvidos nesse processo? Assim, a questão posta nesse artigo é: em que medida uma análise fundada em um modelo clássico tem sido suficiente para pensar o patrimonialismo na política brasileira?

Do muito já discutido sobre esse patrimonialismo na política nacional e das reeleições realizadas, uma abordagem através da cultura política pode trazer novos ingredientes para um tema vivo e em permanente reconstrução. Por intermédio dessa perspectiva, torna-se possível buscar alternativas que não apenas um paradigma estritamente institucional, bem como um afastamento de raciocínio lógico como condutor ou justificador das ações nas relações de poder.

O que a cultura política procura explicar são os motivadores que justifiquem determinados comportamentos adotados por grupos sociais. Essas motivações humanas, individuais e ao mesmo tempo coletivas, em ações diversas e contraditórias, compartilhadas por uma sociedade e conduzindo comportamentos

¹CASTELLS, Manuel. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml>. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. *Jornal Folha de São Paulo*. 18/05/2015. Acesso em 18/05/2015.

políticos numa mesma conjuntura é de grande relevância. Conforme enfatiza Berstein

. . . o interesse de identificação desta cultura política é duplo. Permite em primeiro lugar pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações . . . Mas, em segundo lugar, passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.²

Desse modo, a proposta é pensar a política também em seus aspectos inconscientes, fazendo forte ligação entre política e cultura, considerando diversas representações que incluem linguagens, memória e imaginário, mobilizando “. . . mitos, símbolos, discursos, vocabulários. . .” (MOTTA, p. 21, 2009).

Para tanto, a divisão de subcapítulos se faz primeiramente procurando definir o conceito de poder e suas formas de dominação na perspectiva de Max Weber, bem como os desdobramentos dessa referência teórica para se pensar a política patrimonialista no Brasil através de alguns teóricos. No segundo subcapítulo são discutidos os algumas categorias relacionadas com o poder desenvolvidos pela cultura política. O terceiro subcapítulo propõe a possibilidade de perceber as bases de dominação no Brasil a partir do imbricamento desses dois aportes teóricos.

WEBER E A LEGITIMIDADE DO PODER

Ficou célebre e de uso permanente a concepção desenvolvida por Max Weber quanto ao Estado: “Estado é uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima)” (WEBER, 1989, p. 139). Para Weber, o exercício do poder remete a oportunidade de um indivíduo ou um grupo em fazer prevalecer sua vontade, ainda que haja a resistência. O domínio seria quando há indivíduos com disposição de obediência às ordens: “chamamos

² BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*. p. 362-363. Lisboa: Estampa, 1988.

‘dominação’ a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas” (WEBER, 2004, p. 139). Giddens corrobora com a perspectiva de Weber: “o principal sustentáculo da dominação é o caráter legítimo de que a subordinação se reveste aos olhos dos próprios subordinados” (GIDDENS, 2005, p. 257). Gabriel Cohn reafirma essa visão weberiana:

Ordem legítima é aquela cujo conteúdo de sentido é incorporado pelos agentes como uma regra orientadora da sua conduta na medida em que é aceito. A legitimação é a contrapartida da dominação (processos que envolvem a capacidade de certos agentes obterem obediência para seus mandatos) (COHN, 1989, p. 31).

Weber analisa a legitimidade a partir de três tipos ideais. O tipo ideal carismático se sustenta pelo poder pessoal e/ou extraordinário do líder e o seu domínio tanto pode ser exercido por um profeta como por um senhor de guerra ou um grande demagogo. Temporária, a legitimidade carismática tende a se incorporada pelas outras formas de legitimidade, a racional ou a tradicional.

O outro tipo ideal legítimo é o racional/legal, típico da moderna administração capitalista, organizado racionalmente e que, para Weber, seria uma tendência das sociedades ocidentais. A legitimidade se sustentaria através da crença na legalidade, no alto grau de racionalidade do Estado e na eficiência de uma administração burocrática. Um modelo de Estado burocratizado, tendo distribuições de função, funcionários remunerados, que cumprem tarefas específicas, contratados segundo sua competência técnica, submetidos a regras hierarquizadas e códigos de autoridade não significa simplesmente um modelo de organização administrativa. Remete a uma crença na eficiência da racionalidade, na credibilidade do discurso do progresso de uma nação através do método científico de administrar a coisa pública.

Finalmente, o tipo ideal tradicional, que comumente em uma análise dos modelos de legitimidade weberiano é apresentado primeiro, aqui é trabalhado na ordem inversa por ser elemento central desse estudo. O poder tradicional está ligado às relações de tradição construídas no passado, com privilégios e o particularismo para determinados grupos. A obediência ocorre por fidelidade e o quadro administrativo é composto por servidores. Mantem-se como uma sociedade fechada e exclusivista, com uma estrutura autônoma chamada por Weber de estamento. O

estamento preserva a desigualdade através de uma maneira de viver diferenciada, em um prestígio pessoal. Sua diferença está demarcada por critérios sociais.

As normas se fundam em um passado sem uma demarcação histórica, os tempos longínquos, o “desde sempre” indicado por Weber. A decisão do governante se baseia conforme “seu prazer, sua simpatia ou antipatia e de acordo com pontos de vista puramente pessoais, sobretudo suscetíveis de se deixarem influenciar por preferências também pessoais” (WEBER, p. 131, 1989).

À medida que essa organização se torna mais complexa, há um desdobramento que assume a proximidade de um estado patrimonialista. Mas mantem no jogo de poder estatal os ganhos e as vantagens da coisa pública pautados pelas relações pessoais. O Patrimonialismo se caracteriza pela não separação entre as esferas pública e privada:

Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *lato sensu*, Englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal (CAMPANTE, 2004, p. 154-155).

A legitimação do Estado Patrimonial é sustentada pela tradição e se caracteriza pelo poder pessoal do governante. Um dos dilemas do Estado Patrimonialista é como preservar sua dominação em territórios de grandes extensões, uma vez que há interesses divergentes do poder local agravados pelas dificuldades nas comunicações entre o poder central e o regional. Para Rubens B Campante, nessa queda de braço entre centralização e interesses locais não há quem consiga manter o domínio de forma definitiva. No entanto, Campante entende que o patrimonialismo não está necessariamente relacionado com centralismo nem com eficiência do poder central: “Pode haver um enfraquecimento do poder central sem que isso descaracterize o patrimonialismo que não é, necessariamente, sinônimo de poder centralizado” (CAMPANTE, p. 159, 2004).

Quanto as análises sobre o patrimonialismo realizadas especificamente no Brasil, ainda que seja extenso o debate, é quase consenso o reconhecimento da presença do patrimonialismo no Estado nacional. Raymundo Faoro (1975) não foi o pioneiro a tratar sobre estamento e o patrimonialismo brasileiro, mas o impacto de

sua obra trouxe maior repercussão do que seus antecessores. Faoro se destacou, a partir do olhar weberiano, na análise da máquina política e administrativa no Brasil. Para ele, houve no Brasil, a partir da colonização portuguesa, a perpetuação do estamento burocrático em uma estrutura administrativa que vai se mantendo do império até a república. Segundo Faoro, em alguns momentos, há o recuo do estamento, como na Primeira república, mas retorna em outros com maior força, caso do Estado Novo.

Outro autor clássico que desenvolve o conceito weberiano na política brasileira, Sérgio Buarque de Holanda (1985), em “Raízes do Brasil”, no capítulo “O homem cordial”, já destacava o papel da família na coisa pública, sendo que a burocracia brasileira distanciava da objetividade trabalhada por Weber. Contrariando o princípio weberiano da impessoalidade burocrática, preponderaram no Brasil os proveitos particulares, especialmente os interesses familiares. O que Holanda chama de “espírito brasileiro” seria a ojeriza à distância institucional, afrouxando o rigor do rito e da reverência, admitindo a hierarquia desde que trazida para a intimidade familiar.

A relação entre o privado e o público também é analisada no livro “Carnavais, malandros e heróis”, por Roberto DaMatta (1997) no capítulo “Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil”. Ao trabalhar com o conflito do público e privado na sociedade brasileira, DaMatta considera que ocorre no Brasil momentos em que a lei, ou sua ausência, beneficia determinados grupos em detrimentos de outros. Nas sociedades onde privilegiam as relações sociais baseadas no indivíduo, caso dos norte-americanos, predominam as escolhas como direitos fundamentais e em espaços próprios, as regras do mundo vivido são construídas e bem definidas, além da ausência de mediato entre a pessoa e a sociedade. No caso oposto aos norte-americanos, na Índia inexistem a escolha aos direitos fundamentais. As regras sociais não são feitas, mas sim recebidas. Diferente da sociedade ocidental, nas sociedades tradicionais, segmentadas, não há oposição entre o social e o individual, dominando a noção da pessoa e inexistindo o indivíduo.

No caso brasileiro, indivíduo e pessoa são igualmente utilizados. Este seria, para DaMatta, o dilema brasileiro: existe o aparato legal, a igualdade jurídica, mas que são fundamentadas nas relações pessoais, ou seja, indivíduo e pessoa se complementam, coexistindo o mundo igualitário das leis com os direitos dados pela

amizade, casamento, compadrio. Entre o sistema aristocrático hierarquizado e a igualdade de direitos, o Brasil fica no meio do caminho.

Florestan Fernandes (1987) destaca que foi longo o desenvolvimento capitalista no Brasil, iniciado tardiamente no século XIX. Para Fernandes, comparando o modelo clássico europeu com o Brasil, identifica-se no primeiro caso uma modernização nas estruturas políticas, sociais e econômicas, ocorrendo uma revolução autêntica. No caso do Brasil, o Estado estamental neutralizou o mercado competitivo, operando como instrumento de dominação, criando na sociedade brasileira um hibridismo entre o moderno e o arcaico. A base política fundada em privilégios, somado a uma industrialização tardia acabou por nortear a inserção do Brasil no capitalismo, resultando em uma estrutura deformada, dentre outros aspectos por preservar o patrimonialismo, e que não foi superada até os nossos dias.

Outros autores retomaram o debate sobre o patrimonialismo na política brasileira, tratando de forma direta ou indireta essa questão³. Alguns mais renovaram o problema, rediscutindo a permanência ou não de uma política patrimonialista na vida pública do Brasil⁴. O que não significou o esgotamento do tema.

CULTURA POLÍTICA

A Cultura Política propõe, para analisar as diversas relações de poder, o uso de categorias de diferentes áreas, que entram no território da política dando novas dimensões para se analisar as disputas coletivas pelo poder, oportunizando a inserção de atores dentro ou fora do Estado. Duas categorias seriam importantes como pontos de referência desse estudo: representação e imaginário.

Representação é originário do latim “repraesentare”, significando apresentar de novo: “fazer presente alguém, ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto” (CHARTIER, 2013). Bourdieu (2003) entende

³ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus 1980. URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel. 1978.

⁴ PAIM, Antônio. *A querela do estadismo*: Brasília: Senado Federal, 1998. SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

que as representações estão diretamente relacionadas a ações de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, como estratégias para conquista do poder. Francisco Falcon (2000) considera que as representações trazem à tona algo que não está presente, assumindo no plano conceitual a ideia de ter consciência do externo ao indivíduo, a leitura de algo que se apresenta no real. É um sistema que envolve um ator social capaz de conhecer as coisas, aproximando ao que Le Goff (apud PESAVENTO, 1995) define como uma realidade exterior percebida.

Há uma função de multiplicidade e complexidade no uso das representações coletivas no poder político, podendo incorporar tanto aspectos racionais, caso da ideologia, como o imaginário, que está mais próximos às emoções e sentimentos não conscientes. Para Roger Chartier (1990), os discursos e suas representações ao ser analisado, necessariamente deve ter relação direta com o seu recorte temporal e espacial, estabelecidos pelos interesses dos grupos envolvidos no estudo. Chartier entende que essas representações são legitimadoras de um projeto, traduzindo posições e interesses de grupos que pensam a sociedade à sua maneira ou o modo como a idealizam, dentro de um processo histórico definido, superando o caráter universalizante e trans-histórico dado pela fenomenologia.

Bronislaw Backzo (1985) aponta o uso e construção do *imaginário* no discurso de alguns pensadores clássicos ocidentais, não sendo, portanto, um tema recente. Partindo da corrente realista, entende que o imaginário social não só “traduz” a realidade como implica em atitudes comuns, envolvendo experiências humanas carregadas de afetividades e emoções, ou seja, não necessariamente racionalizadas, inclusive na arena política, onde o imaginário assume um importante e diversificado papel, quer seja no uso dessas representações como forma de legitimar o poder ou da recusa dessa dominação.

Para Backzo, o imaginário social é um aspecto de uma coletividade, onde se elaboram representações próprias que respondem a conflitos, tensões e consensos. Este se torna visível a partir da produção dos discursos, onde agregam em formas de representações comuns através dos símbolos de linguagem. Os sistemas simbólicos mais estáveis tornam-se motivações para existência e ação dos grupos sociais, operando no imaginário social a partir das experiências somadas a desejos, temores, esperanças, etc. Há no imaginário social a construção de símbolos que asseguram a um grupo social interpretações diversas e complexas, propondo uma

adesão de sistemas de valores, levando o indivíduo a ações comuns e construindo modelos de comportamento onde “. . .suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos” (BACKZO, 1985, p. 316). Essas representações, sendo forças que regulam a vida coletiva, produzem identidades que delimitam territorialidades ambientais ou representativas, formando alianças e rivalidades.

Esse trabalho do imaginário social opera em oposições que se articulam por intermédio de uma rede de símbolos, como mobilizar/desencorajar ou incluir/excluir, utilizando linguagens dos mais diversos campos: religião, política, filosofia, etc. Para a garantia do domínio simbólico é fundamental que se controlem os meios de difusão.

Backzo ainda aponta para os períodos de crise e conflitos como momentos de construção mais intensa de imagens, agregando forças mobilizadoras para superação dessas crises ou na manutenção do poder ao garantir a obediência pelo uso dos símbolos, assegurando uma influência nos comportamentos coletivos, traçando situações futuras para si e para os outros num repertório simbólico que funde esperanças, utopias e mitos:

O futuro abre-se, assim, como um enorme estaleiro de sonhos sociais de todos os gêneros e em todos os domínios da vida coletiva. As imagens, glorificantes ou acusadoras, dos acontecimentos e das forças em presença combinam-se com os conflitos e estratégias, iluminando-os e ocultando-os simultaneamente(BACKZO, 1985, p. 321).

Finalmente, Backzo entende que são produzidas cargas simbólicas ligadas ao poder fazendo da comunidade um ator coletivo, construindo, por intermédio de rituais, expectativas e sonhos. Estes, por sua vez, favorecem a criação de mitos. Ao exemplificar a Revolução Francesa, onde as imagens sinalizam para o fim de uma ordem opressiva para o surgimento de uma nova nação em defesa da liberdade, ele ressalta o 14 de julho como a matriz para uma jornada com repertórios simbólicos como os altares da pátria, insígnia tricolor, o barrete frígio vermelho, a árvore da liberdade, dentre outros.

O mito traduz, segundo as suas próprias modalidades, uma experiência particularmente rica em emoções intensas que se confundem com as

expectativas e as esperanças de que está rodeada. Experiência coletiva por excelência: vivida com uns e contra os outros no calor humano de uma multidão que se está a descobrir a si própria como uma realidade. O indivíduo sente-se apoiado e transformado pelas emoções e forças coletivas que o ultrapassam. As inúmeras narrativas, gravuras, cerimônias comemorativas, etc, ampliam e consolidam ulteriormente essa mitologia (BACKZO, 1985, p. 322).

Roger Chartier (1990) analisa a imagem a partir de compreensões plurais e variáveis de uma representação a um objeto ausente, reconstituído em memória, algumas vezes produzidos por bens materiais, outras por relações simbólicas. De um modo ou de outro, correspondem a estratégias de grupos para construção de sua identidade em configurações contraditórias em

. . .práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição [que] . . .marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

Reforçando o conceito dado por Chartier, para Laplantine e Trindade (1997), o imaginário é uma representação fundamentada em imagens construídas socialmente, está diretamente relacionada com a realidade, mesmo que não seja sua tradução exata, já que refaz ou reconstrói esse real, ou seja, é a percepção de uma realidade exterior reconstruindo as imagens. A realidade, como elemento físico, é preservada, mas o imaginário, não sendo um mero reproduzidor, faz uma interpretação das imagens existentes, criando novas relações interpretativas a partir do sujeito e em relação ao objeto. Apesar de não negar o real, o transfigura, criando novas percepções dentro de uma forma particular de perceber o mundo:

O Imaginário possui um compromisso com o real e não com a realidade. A realidade consiste nas coisas, na natureza, e em si mesmo. O real é a interpretação que os homens atribuem às coisas e a natureza. Seria, portanto, a participação ou a intenção com as quais os homens de maneira subjetiva ou objetiva se relacionam com a realidade, atribuindo-lhes significados. Se o imaginário recria ou reordena a realidade, encontra-se no campo da interpretação e da representação, ou seja, do real (LAPLANTINE E TRINDADE, 1997, p. 28-29).

Daí, símbolos, mitos e ritos estão ligados ao imaginário com forte apelo emocional, como sonhos, princípios morais, desejos, etc. Isso não quer dizer que no imaginário, com seu caráter afetivo, haja a ausência da razão, mas ocorre um distanciamento do raciocínio lógico como justificador das ações políticas,

distanciando do conceito de ideologia. Na visão de Laplantine e Trindade, essa afetividade existente desafia o pensamento científico, mas não retira do imaginário uma lógica interna, produzido a partir das experiências históricas e toda sua carga de valores, sentimentos e projeções construídos. Nesse caso, mesmo sendo representação, o símbolo é diferente da imagem, pois é convencional, além de conter uma pluralidade de interpretações.

4. O PATRIMONIALISMO NO BRASIL E A CULTURA POLÍTICA

Ainda que se considere não existir Patrimonialismo sem Estado, ele só se efetiva, especialmente dentro do poder estatal de propostas liberais, pela informalidade, não se assumindo de maneira institucional. E é nesse sentido que a cultura política tem a contribuir, pois atinge as diversas formas de construção do poder que a análise política tradicional não tem penetração.

Sem tratar de aspectos estritamente racionais, o modelo culturalista na política consegue fazer uma releitura envolvendo a dinâmica e o entrecruzamento das diversas formas de dominação, especialmente ao incluir os atores do “andar de baixo”, ignorados pelos modelos analíticos convencionais. Carregada de tensões, ambiguidades e contradições, as representações e suas categorias derivadas fazem parte e correspondem a um importante elemento de sustentação de dominação e incorporam valores nos segmentos dominados.

Nesse aspecto, a reprodução da dominação patrimonialista e seus desdobramentos se fazem no cotidiano. E as análises políticas no Brasil ignoraram um aspecto que é fundamental para o estudo de qualquer forma de poder: seu caráter relacional. Ao se pensar nas práticas da elite em manter o domínio nos moldes patrimonialistas, não se inclui participação e as leituras feitas por quem se submete a esse controle.

As diversas formas de dominação não estão isoladas, incluem todos os agentes nela envolvidos e o sentido político dado pela elite constitui, a sua maneira, também modelos de representações absorvidos por quem está excluído do poder decisório. Assim sendo, o silêncio ou a concordância por parte da sociedade brasileira aos discursos e práticas patrimonialistas propõe pensar que não é apenas pela tradição autoritária da política nacional que essa forma de poder se perpetua. O que é

apenas parte da análise. Mas leva a reconhecer que existe também a receptividade por proximidade e identidade de uma cultura brasileira que naturalizou o patrimonialismo como exercício cotidiano. No caso específico da política, o Estado se confunde, interage e é respaldado também pelas representações populares.

Portanto, apontar a manipulação e elementos fundados em uma ideologia dominante como forma de preservação do patrimonialismo apresenta uma leitura simplista e mecanicista do processo. Cultura e poder se entrecruzam e se imbricam em mão dupla, envolvendo atores múltiplos. É, sem dúvida, uma construção histórica e excludente, mas não existem apenas nas práticas e representações das elites, ocorrendo também uma aceitação e reprodução nos segmentos dominados. Vivências e representações não se separam, está incorporada no dia-a-dia, inculcada nos valores, na memória, no vocabulário, nos mitos e nos rituais dos brasileiros.

Mas diante da permanência do poder patrimonialista qual seria o motivo de existir um discurso que denuncia o nepotismo, o clientelismo, a corrupção? Enfim, o que motiva o desconforto, a indignação e a revolta de parte dos brasileiros quanto à mistura do privado na administração pública? Esta tensão está relacionada à coexistência no Brasil entre duas formas de legitimidade: a legal/racional e a tradicional/patrimonialista. A primeira, base de um Estado democrático de direito, apresenta soluções que a outra não consegue assimilar, pois têm enraizadas nos diversos segmentos institucionais valores patrimonialistas que superam a racionalidade. As soluções nascem e são planejadas a partir de princípios racionais, mas são diluídas quando colocadas em prática pelos agentes impregnados de uma cultura patrimonialista.

Assim ocorre no planejamento educacional, nas decisões jurídicas, nos programas de saúde, nos investimentos sociais. Surge então a velha máxima: “no papel a ideia é ótima, mas na prática . . .”. O patrimonialismo obstaculiza o universo racional capitalista, resultado de um estranhamento nos agentes sociais que vão executar as determinações propostas. Por não conhecer/entender o sentido dado ao comando, ocorre uma distorção, adequando às práticas tradicionais o que inicialmente apresentava como coerente para o poder legal. Ou seja, para executar as medidas propostas pelas vias racionais tal qual era apresentada, o poder patrimonialista estaria decretando sua autodestruição.

Na prática, o resultado é uma adequação permanente ao formato de dominação patrimonialista. Se se estabelece uma licitação na contratação de serviços, há o direcionamento para favorecer grupos privilegiados. Se se criam Conselhos de Gestão de Políticas Públicas como canal de participação democrática, a condução dos representantes acaba por manter o controle decisório em favor do executivo. Se se apresentam programas para inclusão educacional e ganhos no aprendizado, sua prática tem como desfecho aprovações automáticas que manipulam estatísticas. O que simboliza o sucesso em outros países periféricos esbarra aqui na força de uma cultura política patrimonialista que entrecruza e vai assumindo os mais diferentes formatos à medida que soluções racionais são propostas.

Desse modo, no caso do processo eleitoral, fica compreensível a penetração e a receptividade por parte do eleitor a candidatos pouco convencionais, bem como a repetição daqueles que são denunciados reiteradas vezes por condutas políticas inadequadas. São colocados no poder não por protesto ou por pouca informação, mas por proximidade da maioria dos votantes que conseguem identificar na política apenas as representações e práticas patrimonialistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Max Weber privilegiou a racionalidade como forma de representação nos jogos de poder. Homem do seu tempo, a cultura na política não era uma abordagem do final do século XIX e início do século XX. Quando Weber expôs na conferência “A política como vocação” sobre a distinção entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade, pensou nesta como pilar do poder legal/racional. A segunda ética, pautada por dogmas e crenças estaria relacionada à dominação carismática ou patrimonialista. Naquele momento, a ética da responsabilidade era um modelo a ser alcançado.

No entanto, o próprio Weber reconhecia que na prática da política existem múltiplos desdobramentos. Desse modo, pensar nos diversos formatos assumidos nas relações de poder conduz necessariamente a perceber como cada nação produziu sua forma de fazer política. Exige ferramentas novas. Realizar investigações direcionadas à dominação patrimonialista na ótica da cultura política é

uma proposta teórico-metodológica inovadora, rica e que pode contribuir para novas leituras sobre as análises nas relações de poder existentes no Brasil.

Analisando nessa perspectiva o caso brasileiro, os valores patrimonialistas aqui adotados não são apenas impostos no sentido de quem detêm o poder, mas compartilhado, ainda que a partir de um processo histórico excludente, também por quem está afastado desse poder. Esse é o grande nó para quem procura compreender a política no Brasil a partir da perspectiva racional/legal, base de legitimação do Estado Democrático de Direito. Portanto, é um problema que deve ser permanentemente debatido para se entender quais os limites e as possibilidades de rupturas do formato patrimonialista adotado na política brasileira. Inclusive pensar se essa quebra na legitimidade patrimonialista é desejada. E por quem é desejada.

BIBLIOGRAFIA

ARGÜELLO, Katie. *O Ícaro da modernidade: Direito e Política em Max Weber*. São Paulo: Acadêmica, 1997.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.) *Enciclopédia Emandi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*. p. 362-363. Lisboa: Estampa, 1988.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia Brasileira. *Dados*.p. 154-155.Vol. 46. Num. 1. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio De Janeiro. p. 153-193.

CARDOSO, Luís Antônio. O conceito de racionalização de Max Weber: entre a ambiguidade e a dualidade. *Teoria e sociedade*. 16.1. jan./jun. 2008, 256-273.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. O mundo como representação. *Cadernos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

COHN, Gabriel. *Weber*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1989.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FALCON, Francisco. História e representação. In CARDOSO, Ciro. F & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2 ed. Porto alegre/São Paulo: Globo, 1975.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GIDDENS, Antony. *Capitalismo e a moderna teoria social*. Lisboa, Presença, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liana S. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LE GOFF, J. apud. PESAVENTO, Sandra J. Representações. *Revista Brasileira de história*. São Paulo: ANPUH/Contexto. V. 15, n. 29, 1995.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 57, dezembro de 2002. <https://periodicos.ufsa.br/index.php/cadernos-de-pesquisa/article>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.

PAIM, Antônio. *A querela do estadismo*: Brasília: Senado Federal, 1998.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2000.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel. 1978.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: editora universidade de Brasília: São Paulo: imprensa oficial do estado de São Paulo. 2004.

_____. *A política como vocação*.
<http://edspraca.files.wordpress.com/2012/06/weber-polc3adtica-como-vocac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1998.

Texto científico recebido em: 31/08/2015

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 24/11/2015

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.